

ENERGIA

Nível de reservatórios sobe, mas não há previsão de desligar térmicas

📅 23/01/2016



Apesar de uma melhora no nível dos reservatórios das hidrelétricas neste ano em relação ao ano passado, ainda não há uma definição do governo sobre a possibilidade de desligar as termelétricas que foram acionadas para garantir a oferta de energia para o país. O uso das usinas térmicas aumenta o preço da energia, refletido na aplicação da bandeira tarifária vermelha nas contas de luz de todos os consumidores.

Em agosto do ano passado, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determinou o desligamento de usinas térmicas com maior custo de geração. A medida foi proposta pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), devido à recuperação de parte dos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Segundo o Ministério de Minas e Energia, isso gerou uma economia de R\$ 5,5 bilhões no segundo semestre de 2015 e permitiu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reduzisse o valor da bandeira tarifária vermelha de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 por quilowatt-hora consumidos.

Mas, de lá para cá, não houve nova determinação do CMSE para que outras térmicas fossem desligadas. Na reunião mais recente do grupo, há uma semana, foi determinado que ONS deverá continuar acompanhando as condições hidroenergéticas do Sistema Interligado Nacional para, em função da sua evolução, propor ao CMSE a definição da geração térmica necessária para a garantia do atendimento energético do país.

Na avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a energia das termelétricas deverá continuar sendo usada pelo menos até abril, quando termina o período mais chuvoso no país, para que se possa avaliar as condições dos reservatórios das hidrelétricas e decidir sobre a possibilidade do desligamento. “Aí então se terá segurança para poder, eventualmente, promover o desligamento parcial dessas usinas”, diz. Atualmente, as termelétricas que estão ligadas geram cerca de 14 mil megawatts médios de energia.

O nível dos reservatórios do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que é responsável por cerca de 70% do armazenamento de água para a geração de energia no país, está em 39,1% atualmente. Em janeiro do ano passado, o nível chegou a 16,8%. “Não é um número espetacular, é relevante em relação ao ano passado, mas historicamente, nesta época os níveis são mais elevados. Mas é uma melhora significativa”, destaca Sales.

A situação dos reservatórios do Sul é ainda mais confortável. O nível de armazenamento das hidrelétricas da região está em torno de 95%, acima dos 60% registrados no ano passado. No Norte, o nível está atualmente em 19,4%, mais baixo que no ano passado, mas as chuvas dos próximos meses na Região Amazônica deverão estabilizar a situação.

A situação mais preocupante é a da Região Nordeste, onde os reservatórios estão com 8,1% de sua capacidade máxima. Mas, neste caso, a demanda de energia na região é suprida pelo uso de termelétricas e usinas eólicas e também pela energia recebida de outras regiões pelo Sistema Interligado Nacional.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, não há previsão de religar as termelétricas mais caras no Nordeste por causa da falta de água nos reservatórios. “Essas térmicas mais caras continuarão sendo usadas apenas para os seus objetivos originais: de fortalecer o sistema eventualmente, em horários de pico; de substituir outras térmicas em manutenção; ou compensar alguma restrição elétrica que dificulte o abastecimento de outra fontes”, informou a pasta.

A matriz energética brasileira é denominada hidrotérmica, ou seja, a energia que é consumida no país é produzida principalmente por hidrelétricas com complementação de termelétricas – movidas a óleo, gás natural, carvão e biomassa. Quando o nível dos reservatórios das hidrelétricas fica muito baixo, o governo determina um acionamento maior de termelétricas, para que não haja risco de faltar energia no país. No entanto, essa energia é mais poluente e mais cara que a gerada por hidrelétricas, e o custo acaba sendo repassado para os consumidores.

Apesar de uma melhora no nível dos reservatórios das hidrelétricas neste ano em relação ao ano passado, ainda não há uma definição do governo sobre a possibilidade de desligar as termelétricas que foram acionadas para garantir a oferta de energia para o país. O uso das usinas térmicas aumenta o preço da energia, refletido na aplicação da bandeira tarifária vermelha nas contas de luz de todos os consumidores.

Em agosto do ano passado, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determinou o desligamento de usinas térmicas com maior custo de geração. A medida foi proposta pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), devido à recuperação de parte dos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, isso gerou uma economia de R\$ 5,5 bilhões no segundo semestre de 2015 e permitiu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reduzisse o valor da bandeira tarifária vermelha de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 por quilowatt-hora consumidos.

Mas, de lá para cá, não houve nova determinação do CMSE para que outras térmicas fossem desligadas. Na reunião mais recente do grupo, há uma semana, foi determinado que ONS deverá continuar acompanhando as condições hidroenergéticas do Sistema Interligado Nacional para, em

função da sua evolução, propor ao CMSE a definição da geração térmica necessária para a garantia do atendimento energético do país.

Na avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a energia das termelétricas deverá continuar sendo usada pelo menos até abril, quando termina o período mais chuvoso no país, para que se possa avaliar as condições dos reservatórios das hidrelétricas e decidir sobre a possibilidade do desligamento. "Aí então se terá segurança para poder, eventualmente, promover o desligamento parcial dessas usinas", diz. Atualmente, as termelétricas que estão ligadas geram cerca de 14 mil megawatts médios de energia.

O nível dos reservatórios do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que é responsável por cerca de 70% do armazenamento de água para a geração de energia no país, está em 39,1% atualmente. Em janeiro do ano passado, o nível chegou a 16,8%. "Não é um número espetacular, é relevante em relação ao ano passado, mas historicamente, nesta época os níveis são mais elevados. Mas é uma melhora significativa", destaca Sales.

A situação dos reservatórios do Sul é ainda mais confortável. O nível de armazenamento das hidrelétricas da região está em torno de 95%, acima dos 60% registrados no ano passado. No Norte, o nível está atualmente em 19,4%, mais baixo que no ano passado, mas as chuvas dos próximos meses na Região Amazônica deverão estabilizar a situação.

A situação mais preocupante é a da Região Nordeste, onde os reservatórios estão com 8,1% de sua capacidade máxima. Mas, neste caso, a demanda de energia na região é suprida pelo uso de termelétricas e usinas eólicas e também pela energia recebida de outras regiões pelo Sistema Interligado Nacional.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, não há previsão de religar as termelétricas mais caras no Nordeste por causa da falta de água nos reservatórios. "Essas térmicas mais caras continuarão sendo usadas apenas para os seus objetivos originais: de fortalecer o sistema eventualmente, em horários de pico; de substituir outras térmicas em manutenção; ou compensar alguma restrição elétrica que dificulte o abastecimento de outras fontes", informou a pasta.

A matriz energética brasileira é denominada hidrotérmica, ou seja, a energia que é consumida no país é produzida principalmente por hidrelétricas com complementação de termelétricas – movidas a óleo, gás natural, carvão e biomassa. Quando o nível dos reservatórios das hidrelétricas fica muito baixo, o governo determina um acionamento maior de termelétricas, para que não haja risco de faltar energia no país. No entanto, essa energia é mais poluente e mais cara que a gerada por hidrelétricas, e o custo acaba sendo repassado para os consumidores.